



MEMORANDO

Clasificación de Archivo: PO-BR-L1388-Mis

IFD/FMM/59/2014

Fecha: 5 de marzo de 2014

Para: Vicente Fretes Cibils
Jefe de División, IFD/FMM

De: Carlos Pimenta
Jefe de Equipo, IFD/FMM

Asunto: **BRASIL.** Programa Modernización y Fortalecimiento de la Gestión Fiscal del Estado de Amazonas (BR-L1388). Distribución de la Ayuda Memoria de la Misión Especial.

Sírvase encontrar adjunto el Ayuda Memoria de la Misión Especial para el programa de la referencia. Esta misión se llevó a cabo en Brasil del 24 al 28 de febrero del presente año.

Distribución autorizada:


Vicente Fretes Cibils, Jefe IFD/FMM

Adj: Ayuda Memoria

Cc: Ricardo Carneiro, Director Ejecutivo
Sérgio Portugal, Director Ejecutivo Suplente
Ana María Rodríguez-Ortiz, Gerente VPS/IFD
Jose Luis Lupo, Gerente General VPC/CSC
Carlos Santiso, Jefe de División, IFD/ICS
Juan Ketterer, Jefe de División, IFD/CMF
José Miguel Benavente, Jefe de División, IFD/CTI
Daniela Carrera Marquis, Representante, CSC/CBR
Jose Seligmann-Silva, Coordinador, CSC/CSC
Miembros de misión



AJUDA MEMÓRIA DA MISSÃO ESPECIAL

Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado do Amazonas – PROFISCO/AM (BR-L1388)

1. Introdução

- 1.1 No período de 24 a 28 de fevereiro de 2014 foi realizada uma Missão Especial do Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado do Amazonas - PROFISCO AM (BR-L1388).
- 1.2 A equipe do Banco se reuniu com as seguintes autoridades: Secretário de Fazenda (SEFAZ), **Afonso Lobo Moraes**; Coordenador da Unidade de Projetos da SEFAZ, **Francisco de Araújo Ferreira Júnior**; Secretários Executivos da SEFAZ: **Jória Melo Makarem de Oliveira** (Orçamento), **Edson Ramos Pará** (Tesouro), **Jorge Eduardo Jatahy de Castro** (Receita); **Danielle Maia Queiroz** (Administração); **Antonio Afonso** (Compras Governamentais); representantes da Procuradoria Geral do Estado (PGE): **Leonardo Blasch**, **Anna Karina Salama**, **Marcelo Cipriano** e **Benedito Lima Moreno**; Controladoria Geral do Estado (CGE) **Rogério Siqueira de Sá Nogueira**; Tribunal de Contas do Estado (TCE): **José Raimundo Maquiné Júnior**, **Marcela Lacerda Lima** e **Osmani da Silva Santos**; Comissão Geral de Licitação (CGL), **Claudia Lima**; Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN), **Andressa Oliveira** e outros servidores.
- 1.3 A equipe do BID foi liderada por **Carlos Pimenta** (IFD/FMM) e contou com a participação de **Luiz Villela** (IFD/FMM), **Ernesto Jeger**, **Luciana Pimentel**, **Márcio Cracel**, **Mario Ferreira de Andrade** e **Andreia Gomes** (Consultores).
- 1.4 A equipe do Banco agradece a equipe da SEFAZ e outros organismos envolvidos nas reuniões, pela cooperação e assistência prestadas para a realização dos trabalhos e o alcance dos seus objetivos.

2. Objetivos e tarefas realizadas

- 2.1 A missão teve por objetivo coletar a informação necessária para finalizar o Perfil do Projeto (PP) e iniciar a elaboração da Proposta de Desenvolvimento da Operação (POD) e seus anexos.
- 2.2 Para o alcance desse objetivo foram desenvolvidas reuniões dos especialistas e consultores com as equipes técnicas do Estado para:
 - i) *Finalização de uma proposta de PP*: (a) Revisão da Matriz de Problemas, Soluções e Resultados e respectivas Notas Técnicas; e, (b) Revisão do Plano de Ação e Investimentos (PAI) incluindo custos e produtos detalhados.



- ii) *Coleta de informações para a elaboração de uma versão preliminar do POD e seus anexos:* (a) Elaboração do Marco de Resultados do Projeto com indicadores de impacto, resultados e produtos e respectivos meios de verificação; (b) Realização da Análise de Riscos e da Análise de Custo-benefício do Projeto; e, (c) Realização de reuniões para orientação sobre os temas fiduciários, incluindo aspectos financeiros, de compras e de auditoria e mecanismos de execução do Projeto.

3. Principais acordos e ações de continuidade

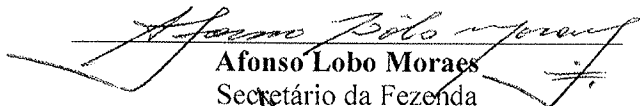
- 3.1 A SEFAZ enviou informações para a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento (SEAIN) no dia 19 de fevereiro de 2014 solicitando alterar o valor desta operação de US\$ 16 milhões para US\$ 41 milhões (US\$ 36,9 milhões de financiamento e US\$ 4,1 milhões de contrapartida). Somente depois da aprovação desta alteração o Banco poderá tramitar o Perfil do Projeto e demais documentos desta operação.
- 3.2 Nos anexos I e II desta Ajuda Memória estão descritos os acordos institucionais, financeiros e de aquisições e contratações para o Programa.
- 3.3 Foi realizado um Seminário de Análise de Riscos do Programa com a participação de todos os atores institucionais envolvidos ou impactos na sua execução (anexo III – Lista de Participantes).
- 3.4 Para dar continuidade à preparação do PROFISCO-AM os seguintes passos foram acordados entre o Banco e o Governo do Estado do Amazonas:
- i) A equipe do Governo do Estado estará encarregada de:
- (1) Enviar para o Banco a aprovação da SEAIN para a alteração do valor da carta-consulta da operação.
 - (2) Publicar a lei estadual autorizando a operação de crédito.
 - (3) Dar andamento à tramitação junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) da autorização para contratação da operação de crédito externo.
 - (4) Enviar para o Banco os seguintes documentos: (a) Definição das atribuições da UCP e designação dos demais membros da equipe, conforme modelo do Regulamento Operacional (ROP) para operações PROFISCO; (b) Versão preliminar do Plano de Aquisições do Programa para os primeiros 18 meses de execução; (c) Termo de cooperação entre a SEFAZ e a PGE para execução do subcomponente de Melhoria da eficiência e eficácia da administração do contencioso fiscal; e (d) Notas técnicas para Análise de Custo-benefício ajustadas (Controle do Transito de Mercadorias com base em avaliação de riscos e Adequação das instalações físicas ao novo modelo operacional da SEFAZ).



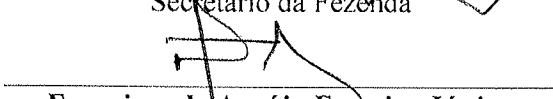
ii) A equipe do Banco estará encarregada de:

- (1) Continuar apoiando a equipe do Governo do Amazonas, por meio de consultoria, na revisão e preparação de documentos técnicos da operação.
- (2) Finalizar a elaboração do Perfil do Projeto e seus anexos para posterior tramitação junto às suas instâncias revisoras do Banco. Durante este processo o Banco poderá solicitar o apoio de técnicos do Governo do Estado.
- (3) Elaborar uma Proposta de Desenvolvimento da Operação (POD) preliminar e seus anexos.

Manaus, 28 de Fevereiro de 2014.



Afonso Lobo Moraes
Secretário da Fazenda



Francisco de Araújo Ferreira Júnior
Coordenador da UCP



Carlos Pimenta
Chefe da Missão do BID



ANEXO I

Aspectos institucionais e financeiros – Principais comentários e recomendações

1. Organismo Executor:

- 1.1 O Programa será executado pela Secretaria da Fazenda do Estado (SEFAZ/AM), que está dividida em quatro Secretarias Executivas: Orçamento (SEO), Tesouro (SET), Receita (SER) e Administração (SEA). Essas três últimas Secretarias e a Procuradoria Geral do Estado (PGE) são beneficiárias diretas dos recursos do Programa.
- 1.2 A coordenação do Programa ficará sob a responsabilidade da Unidade de Coordenação de Projetos (UCP), criada para a gestão dos projetos da SEFAZ através da Lei Delegada 3943 de outubro de 2013, com designação do Coordenador pelo Decreto nº 3943 de 09 de outubro/2013. Esta UCP que está diretamente subordinada ao Secretário da Fazenda, atualmente coordena o PROCONFIS/BID.
- 1.3 A UCP está constituída de um Coordenador Geral e um Subcoordenador Técnico e um Subcoordenador Administrativo. Esta equipe não possui experiência anterior com a execução de projetos de investimentos BID.
- 1.4 *Recomendamos realizar para os integrantes desta UCP, um programa de capacitação sobre os procedimentos de gestão financeira/fiduciária, preparação de relatórios financeiros e requerimentos de auditoria BID.*

2. Programação orçamentária e Orçamento.

- 2.1 O SEFAZ/SEO é o órgão responsável pela preparação da proposta orçamentária anual do Estado, assim como pela determinação dos tetos para orientação dos planos orçamentários elaborados e executados pelas Secretarias do Governo, incluindo as operações do Programa. Nestas atividades de planejamento e na gestão da execução do orçamento do Estado, o Governo utiliza o sistema AFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado. Na preparação do orçamento anual as Secretarias seguem as diretrizes e planos de Governo estabelecidos no Plano Plurianual (PPA- 2012/2015).
- 2.2 Cabe a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado (SEPLAN) a responsabilidade pela elaboração e revisão anual do PPA, que norteia as atividades de longo prazo do Governo. Estas revisões são realizadas com base no monitoramento periódico da execução do orçamento anual das Secretarias (LDO) e nos planos de ações do Governo. Este PPA e as revisões anuais devem ser aprovadas pela Assembleia do Estado. A SEPLAN utiliza como principal instrumento de gestão o Sistema de Planejamento do Estado do Amazonas, denominado SPLAM, que está integrado com o AFI.
- 2.3 No orçamento aprovado para o PROFISCO/2014 e registrado no AFI foi previsto apenas recursos da fonte BID, por R\$ 11 milhões.
- 2.4 *Recomendamos que a UCP avalie oportunamente, a suficiência desta partida orçamentária BID e a inclusão de dotação de aporte local, em função das reais necessidades financeiras do Programa.*



3. Contabilidade e Sistema de informações:
- 3.1 Todas as atividades de controle orçamentário e registro financeiro das operações do Governo são realizadas através do sistema de administração financeira (AFI), classificadas segundo a fonte de recursos empregada e o plano de contas oficial do Estado. O Sistema de Informações Gerenciais do PROSAMIM (SIGPRO) integrado com o sistema AFI e, de forma geral, todos os procedimentos internos e recursos institucionais da SEFAZ serão adaptados para utilização pela UCP no processo de gestão do Programa.
- 3.2 Revisando as funcionalidades desses sistemas, observamos a necessidade de serem realizados alguns ajustes operativos nos registros de entrada, para permitir a geração das informações de investimentos e relatórios requeridos pelo Banco, segundo a nomenclatura do PROFISCO: componentes, subcomponentes e produtos.
- 3.3 Em reuniões realizadas com os técnicos das áreas contábil e de TI/SEFAZ, fomos informados que esta adequação do sistema é perfeitamente viável, ampliando as informações que são registradas no Sistema, na etapa de empenho dos gastos.
- 3.4 Estes técnicos solicitam, entretanto, para a realização deste trabalho de ajuste, a apresentação por parte da UCP, de um Plano de Contas detalhado do Programa, com definição de todas as rubricas que deverão ser objeto de controle e os gastos previstos por produto.
- 3.5 *Recomendamos: i) preparação deste Plano de Contas e o ajuste do Sistema para contemplar o registro destas informações e, ii) definição do instrumento operativo para extração destas informações, devidamente configurada segundo os quadros/relatórios financeiros BID, em moeda nacional e US dólares.*
- 3.6 Enfatizamos a existência de um outro projeto executado pelo Estado e financiado com recursos BID (PROSAMIN), que utiliza o SIGPRO integrado com o sistema AFI e que cumpre com as necessidades de informações BID.
- 3.7 *Sugerimos para orientação desses ajustes nesses sistemas, uma revisão dos procedimentos de registro atualmente utilizados no PROSAMIN.*
4. Desembolsos e Fluxo de Fundos Previstos.
- 4.1 Os desembolsos BID e o fluxo dos recursos do Programa, inclusive na execução financeira dos pagamentos dos serviços e bens contratados, serão realizados utilizando a estrutura financeira/contábil da SEFAZ. Para estes desembolsos a SEFAZ deverá utilizar principalmente, a modalidade Adiantamento de Recursos e neste sentido, abrirá uma conta bancária especial exclusiva para a movimentação destes recursos. **A SEFAZ consultou a equipe do projeto sobre a possibilidade de realizar um destaque orçamentário para a Secretaria de Infraestrutura do Estado para a realização das reformas previstas no Programa. Este tema será analisado pelo especialista financeiro no Brasil.**
- 4.2 Foi exposto para os técnicos da UCP/Tesouro, as alternativas oferecidas pelo Banco para conversão dos gastos realizados em moeda nacional a US dólares: i) uso da taxa de câmbio compra vigente na data da internalização (AF/BID) e taxa de câmbio vigente na data do pedido de desembolso (A. Local/Reembolso de Gastos), ou ii) da taxa de câmbio vigente na data do pagamento. A SEFAZ confirmou seu interesse em utilizar a primeira opção para conversão de moeda.



3. Contabilidade e Sistema de informações:
- 3.1 Todas as atividades de controle orçamentário e registro financeiro das operações do Governo são realizadas através do sistema de administração financeira (AFI), classificadas segundo a fonte de recursos empregada e o plano de contas oficial do Estado. O Sistema de Informações Gerenciais do PROSAMIM (SIGPRO) integrado com o sistema AFI e, de forma geral, todos os procedimentos internos e recursos institucionais da SEFAZ serão adaptados para utilização pela UCP no processo de gestão do Programa.
- 3.2 Revisando as funcionalidades desses sistemas, observamos a necessidade de serem realizados alguns ajustes operativos nos registros de entrada, para permitir a geração das informações de investimentos e relatórios requeridos pelo Banco, segundo a nomenclatura do PROFISCO: componentes, subcomponentes e produtos.
- 3.3 Em reuniões realizadas com os técnicos das áreas contábil e de TI/SEFAZ, fomos informados que esta adequação do sistema é perfeitamente viável, ampliando as informações que são registradas no Sistema, na etapa de empenho dos gastos.
- 3.4 Estes técnicos solicitam, entretanto, para a realização deste trabalho de ajuste, a apresentação por parte da UCP, de um Plano de Contas detalhado do Programa, com definição de todas as rubricas que deverão ser objeto de controle e os gastos previstos por produto.
- 3.5 *Recomendamos: i) preparação deste Plano de Contas e o ajuste do Sistema para contemplar o registro destas informações e, ii) definição do instrumento operativo para extração destas informações, devidamente configurada segundo os quadros/relatórios financeiros BID, em moeda nacional e US dólares.*
- 3.6 Enfatizamos a existência de um outro projeto executado pelo Estado e financiado com recursos BID (PROSAMIN), que utiliza o SIGPRO integrado com o sistema AFI e que cumpre com as necessidades de informações BID.
- 3.7 *Sugerimos para orientação desses ajustes nesses sistemas, uma revisão dos procedimentos de registro atualmente utilizados no PROSAMIN.*
4. Desembolsos e Fluxo de Fundos Previstos.
- 4.1 Os desembolsos BID e o fluxo dos recursos do Programa, inclusive na execução financeira dos pagamentos dos serviços e bens contratados, serão realizados utilizando a estrutura financeira/contábil da SEFAZ. Para estes desembolsos a SEFAZ deverá utilizar principalmente, a modalidade Adiantamento de Recursos e neste sentido, abrirá uma conta bancária especial exclusiva para a movimentação destes recursos. **A SEFAZ consultou a equipe do projeto sobre a possibilidade de realizar um destaque orçamentário para a Secretaria de Infraestrutura do Estado para a realização das reformas previstas no Programa. Este tema será analisado pelo especialista financeiro no Brasil.**
- 4.2 Foi exposto para os técnicos da UCP/Tesouro, as alternativas oferecidas pelo Banco para conversão dos gastos realizados em moeda nacional a US dólares: i) uso da taxa de câmbio compra vigente na data da internalização (AF/BID) e taxa de câmbio vigente na data do pedido de desembolso (A. Local/Reembolso de Gastos), ou ii) da taxa de câmbio vigente na data do pagamento. A SEFAZ confirmou seu interesse em utilizar a primeira opção para conversão de moeda.



5. Controle Interno.

5.1 A auditoria interna das operações do Estado encontra-se sob a responsabilidade da CGE - Controladoria Geral do Estado. Atualmente, tem como principal atividade, a revisão das prestações de contas que devem ser apresentadas anualmente pelas Unidades Gestoras do Estado. Este trabalho de controle também é desempenhado pela Gerência de Inspeção Setorial/SET da SEFAZ, mediante revisão dos contratos de serviços/obras, operações de empenho, liquidações de despesas e pagamentos realizados nas diversas Secretarias.

5.2 Em função da limitada estrutura de pessoal existente na CGE e da exigência da auditoria externa prevista no contrato de empréstimo, este processo de controle interno dificilmente incluirá as atividades que serão desenvolvidas no Programa. Consideramos entretanto, que esta limitação não compromete a supervisão do Programa.

6. Controle Externo.

6.1 Os serviços de auditoria externa requeridos no Programa serão realizados pelo Tribunal de Contas do TCE/AM, recentemente habilitado para as auditorias dos projetos BID no Estado. Atualmente o Tribunal é responsável e executa satisfatoriamente, as auditorias exigidas no projeto PROSAMIN. Em reunião com os representantes do TCE/AM, fomos informados sobre o interesse da Instituição em realizar a auditoria do PROFISCO e sua capacidade técnica/operativa para cumprir com o prazo de 120 dias para apresentação deste relatório.

7. Outros.

7.1 Apoio do BID para uso da ferramenta online oferecida pelo Banco para o cálculo do VMP, cronograma de pagamentos e cálculo das parcelas de amortização do empréstimo: o Gerente da Dívida Pública (SEFAZ/SET) agradeceu este oferecimento do Banco e nos informou que tem pleno conhecimento sobre estes procedimentos, em função de recente orientação recebida no processo de negociação do PROCONFIS. Sobre o cronograma de pagamentos do PROFISCO, antecipou que o SEFAZ solicitará um prazo de 40 semestres para amortização e 10 de carência.

Principais pessoas entrevistadas:

- Elifas Araujo Soares – Coordenador técnico/financeiro da UCP /92 2121 1640
- Jória Melo de Oliveira – Orçamento/SEO
- Adão Sergio Reis – Finanças/SEA
- Conceição Guerreiro – Contabilidade/SET
- Francisco Elzenir – TI/SEA
- Rodolfo Pinto Bentes – Gerente da Dívida Pública/SET
- Rogério Siqueira de Sá – Sub Controlador Geral Adjunto/CGE
- Mario Augusto T. Sato – TCE/AM (91226768)
- Marcela Lima – TCE/AM e outros (9230 1214)
- Clendson Rufino – Gerente Financeiro/SEA
- Andressa Oliveira – Secretaria Executiva Adjunta/SEPLAN

Anexo preparado por Mario de Andrade Ferreira, Consultor FIN/BID, e revisado pela UCP/SEFAZ.



ANEXO II

Aspectos de contratações e aquisições – Principais comentários e recomendações

1. Contexto fiduciário do Organismo Executor

O Órgão Executor do Programa é a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ/AM) por meio da Unidade de Coordenação do Programa (UCP), criada em 2013, diretamente ligada ao Secretário de Estado da Fazenda.

A UCP será responsável por:

- (i) coordenar, planejar, acompanhar e executar as atividades relacionadas a projetos e atividades financiados pelo BID.
- (ii) Também será responsável pela administração fiduciária da execução da operação, em temas de aquisição.
- (iii) Será também o órgão interlocutor das áreas da Secretaria envolvidas na execução, e da Procuradoria Geral do Estado - PGE (órgão parceiro e beneficiário) para as questões de execução do programa.

A UCP tem capacidade de executar diretamente as funções acima, vislumbrando a possibilidade de contratar consultores individuais para apoiar a gestão do programa. Além disso, deverá trabalhar com a Comissão Geral de Licitação (CGL) na condução dos processos de aquisição no âmbito do Programa, que seguirá as políticas do Banco.

Comissão Geral de Licitação (CGL). O executor informou que a CGL poderá conduzir, tanto os processos licitatórios sob a égide da Lei nacional, no âmbito do Projeto, quanto aos processos de seleção e contratação de consultoria e aquisição de bens, obras e serviços que não são de consultoria, de acordo com as políticas do Banco. *Para tanto, prevê a necessidade de capacitação.*


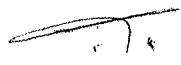
2. Acordos e Requisitos para a Execução das Aquisições

Acordos e requisitos fiduciários em aquisições estabelecem as disposições que se aplicam à execução de todas as aquisições no âmbito do projeto.

As aquisições serão conduzidas pela Comissão Geral de Licitação (CGL). Para aquisição de obras, bens e serviços que não são de consultoria, serão utilizadas as políticas para a aquisição de bens e obras financiados pelo BID - GN -2349- 9. Para a seleção e contratação de consultores, serão utilizadas as Políticas para Seleção e Contratação de Consultores financiados pelo BID - GN-2350-9.

Contratação de Obras, Bens e Serviços que não são de Consultoria. Contrato de Obra, Bens e Serviços que não são de Consultoria, gerados no âmbito do Projeto e sujeito a Licitação Pública Internacional (LPI) serão executados com a utilização dos documentos de licitação padrões emitidos pelo Banco. Nas licitações sujeitas a Licitação Pública Nacional (LPN) serão utilizados os documentos nacionais de licitação acordados com o Banco (ou satisfatórios para o Banco).

O Executor prevê que a “Instalação de posto fiscal de vistoria no distrito industrial” será executada com recursos de Contrapartida.


 L.P.
7



Seleção e Contratação de Consultores. Os Contratos para serviços de consultoria no âmbito do Projeto serão executados utilizando a solicitação de documento padrão de Propostas (SPP) emitidas pelo Banco.

Seleção e contratação de consultores individuais. Levará em conta as suas qualificações para o trabalho, com base na comparação das qualificações de, pelo menos, 3 (três) candidatos. Quando a situação o preveja, poderá ser publicado anúncio na imprensa local ou internacional para obter currículos de consultores qualificados.

Contratação Antecipada e Financiamento Retroativo: O Banco poderá financiar de forma retroativa nos termos do Empréstimo, até ao montante de US\$ 3.690.000,00; e reconhecido pela contribuição local, até ao montante de US\$ 410.000,00 de despesas elegíveis feito pelo Mutuário, antes da data de aprovação do Empréstimo e posterior a aprovação do Perfil do Projeto (PP), desde que tenham sido cumpridas substancialmente as políticas do Banco. **Valores que excedam a esses montantes para contrapartida antecipada e financiamento retroativo deverão ser previamente considerados pelo Especialista de Aquisições do Banco no Brasil.**

A SEFAZ/AM apresentou os seguintes processos para reconhecimento de contrapartida ou débito do financiamento:

Descrição	Valor (R\$)	Modalidade	Status
Solução integrada para armazenamento e processamento de banco de dados, todos com garantia de 01 ano de suporte do fornecedor e incluindo: 01 rack para montagem dos equipamentos, 07 servidores de armazenamento, 04 servidores de banco de dados, 02 switches infiniband para interconexão dos servidores.	4.200.000,00	Pregão Eletrônico (e-compras) CGL	Fase de entregas e pagamentos parcelados
Aquisição de mainframe 15 IFL	4.500.000,00	Adesão Registro de Preços (Comprasnet) Gestor da Ata: PRODAM	preparando ARP Comprasnet
Aquisição chassis para servidores blade	420.000,00	Adesão Registro de Preços (Comprasnet) Gestor da Ata: PRODAM	preparando ARP Comprasnet
Aquisição de servidores blade	840.000,00	Adesão Registro de Preços (Comprasnet) Gestor da Ata: PRODAM	preparando ARP Comprasnet
Aquisição SVC Stretched cluster (50TB)	600.000,00	Adesão Registro de Preços (Comprasnet) Gestor da Ata: PRODAM	preparando ARP Comprasnet
Aquisição de licenças VMWARE Enterprise Plus	228.000,00	Adesão Registro de Preços (Comprasnet) Gestor da Ata: PRODAM	preparando ARP Comprasnet
Aquisição de UPGRADE TS3500	431.000,00	Adesão Registro de Preços (Comprasnet) Gestor da Ata: PRODAM	preparando ARP Comprasnet



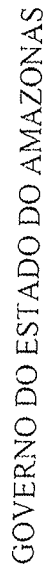
Descrição	Valor (R\$)	Modalidade	Status
Aquisição V7000 QUORUM	65.000,00	Adesão Registro de Preços (Comprasnet) Gestor da Ata: PRODAM	preparando ARP Comprasnet
Aquisição conj. Software para Banco de Dados	7.900.000,00	Pregão Eletrônico (e-compras) CGL	Fase das entregas e pagamentos parcelados
Aquisição de Switches	1.100.000,00	Pregão Eletrônico (e-compras) CGL	Fase das entregas e pagamentos parcelados
Aquisição de software de backup	600.000,00	Adesão Registro de Preços (Comprasnet) Gestor da Ata: PRODAM	preparando ARP Comprasnet
Valor total contratações e aquisições realizadas por meio do sistema e-compras (CGL)	R\$ 13.200.000,00		US\$ 5.500.000,00
Valor total das aquisições por meio de adesão a ata de registro de preços realizadas no sistema comprasnet (Governo Federal)	R\$ 7.684.000,00		US\$ 3.201.666,00

Contratação Direta: O Executor prevê a necessidade de contratação direta da empresa Processamento de Dados do Amazonas S/A (PRODAM), com recursos do Financiamento, para provisão dos seguintes serviços especializados em tecnologia da informação:

Descrição	Produto	Valor R\$
Desenvolvimento do Sistema de Custos integrado ao Sistema de Administração Financeira	5.2	725.000,00
Sistema/Módulo de Gestão da Dívida Ativa	4.1	500.000,00
Customização Lista de Devedores da Dívida Ativa	4.1	200.000,00
Sistema Controle das Ações Judiciais com Módulo de Precatórios	4.2	300.000,00
Software de Gestão de Competências	7.1	770.000,00
Total (R\$)		2.495.000,00
Total (US\$)		1.039.583,00

Processamento de Dados do Amazonas S/A (PRODAM) é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, criada pela Lei nº 941/70, com controle acionário do Governo do Estado. Atualmente a empresa encontra-se vinculada, administrativamente, à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN). Esta contratação direta se justifica pela continuidade dos trabalhos atualmente realizados pela PRODAM para a SEFAZ e o seu perfil de conhecimentos técnicos sobre a gestão de sistemas de informação na SEFAZ. **A SEFAZ elaborará uma Nota Técnica detalhando esta justificativa para contratação direta da PRODAM.**

Anexo preparado por Andréia Gomes (Consultora em Aquisições do Banco, FMM/CBR) e revisado pela UCP/SEFAZ.




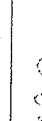
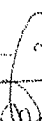



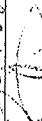
REUNIÃO - LISTA DE PRESENÇA

PROJETO: MISSÃO ESPECIAL - PROFISCO AM (BR-L1388)

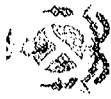
HORA : 9h DATA: 26/02/2014

SALA: AUDITÓRIO DA SEFAZ

SEMINÁRIO PARA ANÁLISE DE RISCOS DO PROJETO

Nº	Nome	Cargo	Órgão/ Setor	Telefone	E-mail	Assinatura
1	Marcelo Bandeira Lima	Analista Téc.	TCE/AM	9330-1214	marceloblima@tce.am.gov.br	Marcelo Lima
2	OSYAHY DA SILVA JÚNIOR	"	"	8228-4112	OSYAHY.SILVA@TCE-AM.GOV.BR	
3	CARLOS PIMENTA	ESPECIALISTA	BID	1-202-6231683	CARLOSCE@TADS.ORG	C.P.
4	Frederico Gomes	Controlador	BID	6184954818	groming@iadh.org	
5	Ernesto Jésser	Controlador	BID	6135174158	EJESER@TADS.ORG	
6	LUCIANA PIMENTEL	CONSULTORA	BID	(81)93729385	LUCIANA@PLANUS.COM	
7	Sônia Kato Nakamura de Oliveira	Secretário, Exec.	SEO	2121-1951	soia@relator.am.gov.br	Sônia Kato
8	Andressa Oliveira	Sec. Exec. Adj. Plan. Ser. AM		2120 1225	andressa@relator.am.gov.br	
9	LEONARDO BLANCH	Sz. Plan. Ser. AM	PGE	3622-1760	leonardo.blanch@relator.am.gov.br	
10	Rafaelo Siqueira de Sá/Região Aquino	Sub. Controlador Região Aquino	CGE	8802-3772	rpgen@relator.am.gov.br	Rafaelo Siqueira
11	João Raimundo Nogueira Junior	Ass. Tec. Cont. Ser. AM	TCE	936225085	JOAO.NUNES@TCE-AM.GOV.BR	

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

REUNIÃO - LISTA DE PRESENÇA

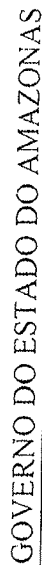
PROJETO: MISSÃO ESPECIAL - PROFISCO AM (BR-L1388)

TURNHO: MANHÃ HORA: 9h DATA: 26/02/2014

LOCAL: SBTR SALA: AUDITÓRIO DA SEFAZ

SEMINÁRIO PARA ANÁLISE DE RISCOS DO PROJETO

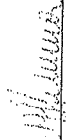


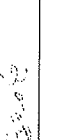
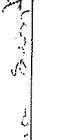
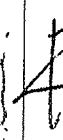


Nº	Nome	Cargo	Órgão/ Setor	Telefone	E-mail	Assinatura
12	Antonio R. Afonso	Coordenador	CCG/SEFAZ	2121-1612	antonio@sefaz.am.gov.br	
13	Christina Trevisan	DIRETORIA	SEFAZ	2121-1744	christina@sefaz.am.gov.br	
14	Douglas R. Tolomei	Assessor	UCP/SEFAZ	2121-1740	douglas@sefaz.am.gov.br	
15	Rodolfo Bellen Lima	Coord. Inv. Sist. Informat.	ASSESSORIA	2121-1726	rodolfo@sefaz.am.gov.br	
16	Renato R. Rentes	ATE	CGM	2121-1663	renato@sefaz.am.gov.br	
17	Paula Montenegro	chefe	DEPAO	2121-1663	montenegro@sefaz.am.gov.br	
18	Fco. Evandro	chefe	DEPAO	2121-1663	evandro@sefaz.am.gov.br	
19	Rosirison Pessoa	Coordenador	GUERDA	2121-1663	rosirison@sefaz.am.gov.br	
20	Luiz Carlos C. Lima	ATE	SEFAZ	2121-1740	luiz@sefaz.am.gov.br	
21	Cláudio Sampaio	ATE	SEFAZ	2121-1740	claudio@sefaz.am.gov.br	
22	Antônio R. Afonso	Chefe	DDGEP	2121-1878	antonio@sefaz.am.gov.br	



PROJETO: MISSÃO ESPECIAL - PROFISCO AM (BR-L1388)

HORA : 9h DATA: 26/02/2014

SEMINÁRIO PARA ANÁLISE DE RISCOS DO PROJETO

Nº	Nome	Cargo	Órgão/ Setor	Telefone	E-mail	Assinatura
23	Mª da Conceição Oliveira	Assistente	DECOM/SET	2121-1808	mconcei@ppz.amp.gov.br	
24	Assimiladora S.O. 1994	Prescindida	GR/AM	812-7784	skibom@ppz.amp.gov.br	
25	Rafael Carlos da Silva	Assistente	SEFAZ	812-7784	rafaelcarlos@ppz.amp.gov.br	
26	Adelto Tsuyama Escob	Assistente	SEFAZ	2121-1807	adelto@ppz.amp.gov.br	
27	Dulzina Santana	Assistente	UCP/SEFAZ	2121-1844	dulzina@ppz.amp.gov.br	
28	Cláudia - Lima	Vice-Presidente	CC	3124-5651	claudia@ppz.amp.gov.br	
29	FRANCISCO JÚLIO		UCP	2121-1844	ucp@ppz.amp.gov.br	
30	Daniel de Lencastre	Secretário	SEFAZ	2121-1828	daniel@ppz.amp.gov.br	
31						
32						
33						

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

GOVERNO DO ESTADO